



A SEGURIDADE SOCIAL É UM DIREITO DAS MULHERES!

O Fórum Itinerante das Mulheres em Defesa da Seguridade Social (FIPSS) é uma mobilização nacional articulada, desde 2007, por movimentos de mulheres do campo e da cidade de todo Brasil para fortalecer a luta por direitos, contra a desproteção social e em defesa da política de Seguridade Social.

Com o objetivo de visibilizar as desigualdades vividas no mundo do trabalho, denunciar a situação de desproteção social, defender um sistema universal, público, solidário e redistributivo de Previdência e Seguridade Social, nós dos movimentos de mulheres, organizadas em vários cantos do País, articulamos esta luta em resposta à ausência de espaço para a participação dos movimentos de mulheres no Fórum Nacional de Previdência Social, criado pelo governo Lula, no

qual as mulheres trabalhadoras estavam presentes apenas como observadoras e sem direito à voz.

Fazem esta mobilização a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); a Campanha Nacional pelo Direito à Aposentadoria das Donas de Casa; a Articulação Nacional de Mulheres Negras (AMNB); o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); a Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD); o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); a Marcha Mundial de Mulheres; o Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE); e a Articulação de Mulheres Pescadoras do Nordeste.

Nossas bandeiras

1. Somos contra toda e qualquer mudança na Previdência Social que resulte na destituição de direitos para as mulheres e acentue a desproteção social a que já estão submetidas;
2. A Seguridade Social, que é por princípio universal e redistributiva, e hoje é superavitária do ponto de vista do financiamento, deve caminhar para a ampliação dos direitos;
3. Seguiremos enfrentando a política de superávit primário que compromete a efetivação de direitos sociais. É preciso garantir o orçamento da Seguridade Social, hoje o mais atingido pela política econômica;
4. O maior desafio hoje não é cortar benefícios diretos ou aumentar a tributação para compensar um pretensão déficit, mas sim incorporar ao sistema grande parte d@s trabalhador@s hoje sem cobertura previdenciária, como é o caso do trabalho informal. Este é, atualmente, um dos setores mais precários, vulneráveis e totalmente desprotegidos socialmente;
5. Para as mulheres, a universalização do direito à Previdência para as trabalhadoras rurais, alcançada na Constituição de 1988, significou um importante passo no reconhecimento do trabalho realizado na pequena produção familiar;
6. O reconhecimento do trabalho não-remunerado das donas de casa e sua contabilização para fins de aposentadoria é uma questão de justiça para as donas de casa de baixa renda;
7. Queremos um sistema tributário em que quem acumulou muito paga mais para contribuir com o direito de tod@s. Defendemos a taxa sobre grandes fortunas para financiamento da Seguridade Social;
8. Defendemos o fim do fator previdenciário, que prejudica as mulheres por se aposentarem mais jovens;
9. Defendemos a equiparação dos direitos trabalhistas e medidas efetivas que garantam a inclusão previdenciária das trabalhadoras domésticas remuneradas e a fiscalização do cumprimento de deveres pelos empregador@s;
10. Queremos a inclusão de um regime de segurad@s especiais urbanos, que garanta a inclusão dos segmentos informais, em sua maioria composto por mulheres.

POR QUE ESTAMOS EM LUTA!

Os sistemas de proteção social, como direitos universais, foram uma das principais conquistas das lutas sociais frente à exploração capitalista no último século. Este projeto, porém, nunca foi universalizado, restringindo-se aos países ricos do Norte, sustentados muitas vezes pela manutenção de relações coloniais com países mais pobres do Sul.

Nas últimas décadas e ainda hoje, as políticas neoliberais de estado máximo para o capital e mínimo para os interesses sociais vem destruindo as bases dos sistemas de proteção baseados na universalização de direitos. As políticas de ajuste implementadas nos países da América Latina, por exemplo, levaram a um quadro desolador de agravamento da desigualdade, com concentração de riqueza e ampliação da pobreza, ampla desproteção social e barbárie social. Este modelo demonstrou sua falência do ponto de vista social, mas sua ideologia foi vitoriosa: a lógica individualista, consumista e privatista do “pagou, levou”, das políticas pobres para os pobres, da primazia da política econômica sobre as políticas sociais, é ainda hegemônica no Estado e em nossa cultura política. É, portanto, um grande obstáculo para a garantia dos direitos sociais e para o fortalecimento das lutas em torno dos mesmos.

A reversão deste quadro, na direção da construção de sistemas universais de saúde, previdência e assistência social, vem sendo apontada por governos progressistas na América Latina. Isto é resultado da forte luta anti-neoliberal liderada por movimentos sociais na região e em várias outras partes do mundo nas últimas décadas.

O contexto de crise capitalista ameaça estes processos e estas conquistas em várias partes do mundo e exige a articulação de nossas lutas. Nesse contexto, se aprofunda a superexploração do trabalho no modelo de desenvolvimento hegemônico.

Somos nós, mulheres, aquelas que vem arcando mais duramente com os custos dessa crise: somos as mais pobres, exploradas no trabalho mais precário e sem direitos, com jornadas cada vez maiores na dupla jornada pela redução das políticas e serviços sociais.

No contexto de crise ambiental, alimentar, econômica, que ganha contornos de uma crise civilizatória, somos tod@s desafiad@s a fortalecer nossas lutas em defesa dos direitos sociais contra a barbárie social instaurada e pela construção de um outro mundo possível. É hora de avançarmos na luta contra-hegemônica ao capitalismo patriarcal e racista globalizado, mobilizando a luta por sistemas de proteção universal, que garanta os direitos sociais de tod@s, sobretudo daquel@s que hoje estão no centro das relações de exploração e à margem de todos os direitos: mulheres, população negra...

Em 2009, no Fórum Social Mundial realizado em Belém do Pará, mulheres de todo o mundo, reunidas na Assembleia das Mulheres, afirmaram suas propostas frente às crises deste sistema:

“...Não nos interessam as respostas paliativas e baseadas ainda na lógica do mercado. Isto somente pode levar a uma sobrevivência do mesmo sistema. Precisamos avançar na construção de alternativas. Para a crise climática e energética, negamos a solução por meio dos agrocombustíveis e do mercado de créditos de carbono. Nós, mulheres feministas, propomos a mudança no modelo de produção e consumo. Para a crise alimentar, afirmamos que os transgênicos não representam uma solução. Nossa proposta é a soberania alimentar e a produção agroecológica. Frente à crise financeira e econômica, somos contra os milhões retirados dos fundos públicos para salvar bancos e empresas. Nós mulheres feministas reivindicamos a proteção ao trabalho e direito à renda digna”.

Ecoando vozes das mulheres feministas de várias partes do mundo, nós de diferentes movimentos de mulheres de várias partes do Brasil, fazemos deste acampamento mais uma trincheira em defesa da proteção social para todas nós mulheres, da redistribuição da riqueza, e pelo fim da exploração e da dominação de classe, gênero e racial!

Exigimos a parcela do desenvolvimento para garantir os direitos e a qualidade de vida de todas as mulheres!

Reafirmamos nosso compromisso com a construção cotidiana desta luta e convocamos a tod@s presentes nesta Conferência a somar-se na defesa dos sistemas universais, dos direitos das mulheres, e na luta contra-hegemônica ao capitalismo patriarcal globalizado!



POR QUE DEFENDER A SEGURIDADE SOCIAL?

A política de Seguridade Social deve garantir proteção social a nós mulheres: proteção à saúde, ao trabalho e a garantia das condições de vida. Este sistema vem sofrendo sérias ameaças desde os anos 1990. Isto foi resultado da implantação do modelo neoliberal de Estado no Brasil. Nesse modelo, o papel do Estado como garantidor dos direitos sociais é questionado. Prega-se um estado mínimo para o social: ao invés de políticas universais, defende-se políticas apenas para os mais pobres dentre os mais pobres, isto é, focalizadas; ao invés de serviços públicos, defende-se a privatização; ao invés da lógica de seguridade, defende-se o seguro, isto é, cada um/a assegurando seu direito, por exemplo, por meio da previdência privada e dos planos de saúde.

Mesmo com o desenho e inclusão na Constituição Federal de um modelo se seguridade social como direito à

proteção social, a partir de princípios de universalidade, solidariedade, justiça social, os governos brasileiros têm adotado a agenda política e econômica neoliberal, com metas de superávit primário que tem drenado recursos do orçamento da Seguridade Social.

Esse contexto, vivenciado não apenas pelo Brasil, mas também pelos países da região latino-americana, se apóia na realização das reformas de estado. Reformas essas mais preocupadas com políticas de ajuste fiscal do que com o bem-estar da população, quase sempre representando o desmonte de sistemas sociais importantes em termos de garantia de serviços públicos e proteção social.

Outro problema é que o desenho das políticas de seguridade social não reconhece muitas das desigualdades que nós mulheres vivemos e, por isso, são injustas para nós. Por isso, precisamos transformá-las, ampliando direitos.

Neste jornal, usamos o símbolo @ para o masculino e o feminino, quando falamos dos dois sexos.



- Hoje, no Brasil, a grande maioria das trabalhadoras só tem acesso à Previdência Social se contribuir. Isso exclui as trabalhadoras informais, as mulheres mais pobres e em sua maioria negras. Por isso, defendemos a Previdência Social para @s trabalhador@s que hoje não podem contribuir, uma previdência universal!
- A saúde é um direito de todas as pessoas no Brasil, conquista da Constituição de 1988. Porém, todo o ano, os recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) são retirados para pagamento de juros da dívida. Por causa disso, faltam recursos para melhorar a qualidade do SUS, acabar com as filas, ampliar os serviços etc. Defendemos que o orçamento do SUS seja garantido! Dados da Controladoria Geral da União (CGU) revelam que o setor da saúde é o recordista em desvios de recursos no País. De 2003 a 2007, foram detectados R\$ 613 milhões. A área da educação vem em seguida, com desvios de cerca de R\$ 470 milhões, no mesmo período. Por isso também defendemos o controle social nas políticas sociais.
- A política de Assistência Social garante hoje a sobrevivência de milhões de pessoas que não podem trabalhar. Porém, benefícios como o de Prestação Continuada (BPC) têm critérios que excluem muita gente que precisa. Por isso, defendemos a ampliação desta política e o reconhecimento das desigualdades que vivem as mulheres para acesso a estes direitos. Ainda hoje, nós mulheres somos tratadas como aquelas que devem gerenciar os benefícios em nome das famílias e dos filh@s e não como cidadãs com direitos aos mesmos.



CARTA CONVOCATÓRIA DOS MOVIMENTOS DE MULHERES PARA O FIPSS

No Brasil, o direito universal à proteção social, tal qual estabelece a Constituição de 1988, conquista dos movimentos sociais brasileiros, não é uma realidade para tod@ no País. Milhões de trabalhador@s seguem sem direito à Previdência Social, sobretudo mulheres e população negra e demais segmentos da classe trabalhadora hoje nos postos mais precários e informais. O SUS é constantemente ameaçado por propostas privatistas e pelo déficit de orçamento. Os direitos previstos na política de assistência social também não são garantidos e o SUAS ainda encontra obstáculos à sua efetivação.

Estamos às portas de um novo governo e é hora, novamente, de estarmos nas ruas denunciando esta situação e visibilizando nossas lutas e propostas em defesa de uma seguridade social pública, universal, solidária e redistributiva. Não basta promover o desenvolvimento sem garantir a redistribuição da riqueza que é produzida por tod@s nós: pescado-

ras, trabalhadoras informais em vários setores e atividades, no campo e na cidade trabalhadoras precarizadas, catadoras, ambulantes, extrativistas...Somos milhões de mulheres, a grande maioria de nós negra, em situação de desproteção social. Neste momento, **CONVOCAMOS a todos os movimentos e organizações que partilham deste ideário e desta luta para somarmos forças e vozes na construção do um Acampamento Paralelo das Mulheres em Defesa da Seguridade Social, durante a Conferência Mundial sobre Sistemas Universais de Seguridade Social, nos dias 01 e 02 de dezembro, em Brasília – DF.**

Junte-se a nós na construção deste espaço que é mais uma trincheira que nós mulheres feministas e trabalhadoras estamos erguendo em defesa do direito universal à proteção social!

Veja a carta na íntegra em www.cfemea.org.br

Informações sobre o Acampamento

Data: 1 a 2 de dezembro.

Local: Tenda do lado de fora do Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

O Acampamento das Mulheres em Defesa da Seguridade Social será um espaço de denúncia, articulação e formação política.

Quem convoca:

Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); Campanha Nacional pelo Direito à Aposentadoria das Donas de Casa; Articulação Nacional de Mulheres Negras (AMNB); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD); Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Marcha Mundial de Mulheres; Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE); Articulação de Mulheres Pescadoras do Nordeste.

Quem promove e apoia:

Os movimentos impulsionadores do FIPSS e:

- Articulação Feminista MARCOSUR
- Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA
- SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia
- Sempreviva Organização Feminista – SOF
- INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

- Conselho Federal de Serviço Social – CFESS
- Central Única dos Trabalhadores – CUT/DF
- ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil)
- Fundação Heinrich Böll
- CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço)

Programação no interior da conferência

Dia 01/Manhã: Realização de Atividade auto-gestionada sobre “O princípio da equidade nos sistemas universais e as desigualdade de raça, etnia e gênero”.

Promoção: CFEMEA, SOS CORPO, INESC, CEBES, Articulação Feminista Marcosur – AFM.

Esse boletim foi realizado por:

CFEMEA, SOS Corpo e FIPSS (Fórum Itinerante das Mulheres em Defesa da Seguridade Social)

Apoio:



Development Cooperation
Ministry of Foreign Affairs



Trechos do boletim foram retirados da Cartilha do FIPSS: A Seguridade Social é um Direito das Mulheres: Vamos à luta! (ver www.cfemea.org.br)